



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR A REESTRUTURAÇÃO E O FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2024, ÀS 11H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz, que tem por objetivo debater a reestruturação e o fortalecimento das empresas públicas agrícolas em Santa Catarina.

Convidamos para compor a mesa de trabalho as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Fabiano da Luz; o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Marcos José de Abreu (Marquito); o senhor gerente de Projetos da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, Jairo Afonso Henkes, neste ato representando o excelentíssimo senhor Secretário de Estado Valdir Colatto; o senhor presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Dirceu Leite; a senhora presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), Celles Regina de Matos; o senhor presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (Sintagri), Acácio Marian; o senhor presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro/SC), Saymon Dela Bruna Zeferino; e o senhor coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina (Sindaspi), Daniel Nunes das Neves. (*Palmas.*)

Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e dos convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhora Crystiane Peres, supervisora do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/SC); senhor presidente do Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina, Afonso Ricardo Coutinho de Azevedo; senhor presidente do Sindicato dos Armazenadores do Estado de Santa Catarina, George Willian Wulf; senhor vice-presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Santa Catarina (Sintec/SC), Bauer José dos Santos; senhor vice-presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de Santa Catarina (Sindecon/SC), Francisco Grabovski Neto; senhora diretora do Sindicato dos Economistas do Estado de Santa Catarina, Marcia Janice Cunha Varaschin; senhor diretor Financeiro da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Carlos Bastos Abraham; senhor diretor de Desenvolvimento Institucional da Cidasc, Bernard Borchardt; senhora diretora Administrativa e Financeira da Cidasc, Vanessa Adami; senhor diretor de Desenvolvimento Institucional da Epagri, Célio



Haverroth; senhora coordenadora de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil, Lúcia Moraes Kinseler; senhor coordenador da Associação Catarinense de Rádios Comunitárias (Acracom), João Carlos Santin; e senhora assessora parlamentar Roselita Bonelli Bittencourt, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo senhor Deputado Estadual José Milton Scheffer.

Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz, proponente desta audiência pública, para presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Bom dia a todos que aqui estão, aos que compõem esta mesa de trabalho e também a todos vocês que vieram para debater este tema. Eu entendo que de tempos em tempos nós precisamos avaliar como está a situação do serviço público, onde nós podemos avançar, no que nós precisamos melhorar e em que ponto nós temos que resolver algumas situações. O nosso dia a dia se torna também mais produtivo quando você tem um trabalho para o qual dá gosto levantar todas as manhãs, e não a angústia de ter que acordar para ir para um trabalho em que, muitas vezes, você não está satisfeito. E eu acredito que todos que aqui estão é porque gostam, porque defendem o seu trabalho e porque realmente querem ver algumas melhorias acontecendo para que o seu dia a dia seja melhor e para que o resultado do seu trabalho também seja melhor. Então, muito obrigado pela presença de todos aqui.

Nós vamos trabalhar da seguinte forma agora: vamos abrir um espaço para que os componentes da mesa possam fazer um cumprimento, depois nós abriremos uma oportunidade para que as pessoas da plateia também se manifestem e, no final, faremos uma avaliação para vermos qual o encaminhamento que poderemos ter desta reunião.

Portanto, primeiramente passo a palavra para o Deputado Marquito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Obrigado, Deputado. Quero cumprimentar todos e todas pela mobilização e parabenizar o Deputado Fabiano por trazer à tona este debate.

Eu acho que posso me colocar nesse lugar de defender a Epagri como uma instituição de excelência, pública e que para isso certamente precisa das garantias estruturais e principalmente das garantias aos trabalhadores da Epagri, e isso se estende à Cidasc e se estende aos órgãos de pesquisa e extensão rural do nosso Estado, que certamente fazem um trabalho que muda a vida de muitos e de muitas catarinenses, que transforma a vida dos agricultores e das agricultoras e que agora também atua no campo da segurança alimentar, no campo da produção de alimentos, da proteção ambiental. Mas para isso é preciso ter estrutura, é preciso se compreender como equipamento público e para a garantia do seu trabalho, é preciso da valorização do Poder Público estadual.

Nós temos a certeza de que as atribuições repassadas aos extensionistas têm sido cada vez maiores, especialmente na questão de crédito. As ações de extensão acabam ficando muitas vezes em segundo plano e, muitas vezes, o trabalhador que está lá na ponta se angustia e fica ansioso por essa falta de estrutura e por não dar conta de todo o seu trabalho. Então, o debate sobre as condições de trabalho, sobre o número de servidores, sobre as condições do Plano de Cargos, Carreiras e Salários precisa acontecer e precisa ser garantido.

Então, que bom que temos este espaço aqui na Alesc. Quero cumprimentar o Deputado Fabiano pela proposição e conte conosco para esta discussão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Muito obrigado, Marquito.

Registro a presença do Deputado Altair Silva, Presidente desta Comissão da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a quem convido para fazer parte da mesa.

Passo a palavra ao senhor Jairo Afonso Henkes, neste ato representando o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Agricultura, Valdir Colatto.

O SR. JAIRO AFONSO HENKES – Em primeiro lugar, bom dia a todos. Cumprimento os Deputados Fabiano, Marquito, Altair e os demais Deputados que nos assistem e prestigiam este momento; os nossos servidores da Epagri e o seu presidente, Dirceu; a Celles, nossa presidente da Cidasc; o presidente do Sindicato; enfim, todos os profissionais.

O Secretário da Agricultura pediu-me para representá-lo, tendo em vista que ele está numa reunião muito importante lá na Secretaria e já tem outra agenda em seguida, e para transmitir a mensagem de que ele, enquanto Secretário da Agricultura, enquanto político, enquanto engenheiro agrônomo, assim como eu, tem em mente que para funcionar o Estado nós precisamos de duas vertentes principais: investimento, capital, e mão de obra. E mão de obra, para nós, é vital; o presidente da Epagri fala isso, a Celles também fala isso.

Nós podemos fazer as coisas acontecer, as boas políticas já estão acontecendo e novos projetos estão em curso, mas que precisarão, sem dúvida nenhuma, de um aporte de pessoas para bem gerir, bem administrar e bem fazer essas políticas públicas, com o apoio da Assembleia, o qual temos tido sempre e é importante ressaltar isso. Nós temos vários desafios e vários problemas a resolver, e nós vamos resolvê-los com competência de trabalho e com trabalhadores, com mão de obra qualificada, com um trabalho bem conduzido.

Nós estamos lutando junto com os presidentes das empresas para que possamos renovar as nossas equipes, ampliar as equipes de trabalho, porque se os projetos existem, e eles estão surgindo, eles precisam do investimento com mão de obra também.

Então essa é a mensagem do Secretário, e ele está acompanhando todo esse processo de contratação de novas pessoas. A Secretaria é a maior órfã de pessoal, nós temos somente dois servidores efetivos e dependemos de terceirizados, de cessão aqui da nossa presidente Celles, da Cidasc, e do presidente Dirceu, da Epagri, para que a Secretaria funcione. Portanto, vejam que nós temos um grave problema no cerne da questão e a nossa briga, enquanto Secretaria da Agricultura, é também para termos estrutura para poder garantir longevidade aos programas e às políticas públicas do Estado que são desempenhadas muito dignamente pela Secretaria e pelas empresas vinculadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Jairo.

Quero aqui agradecer também o Deputado Altair Silva, que preside a Comissão de Agricultura, por ter aprovado e apoiado a realização desta reunião aqui.

Passo a palavra para o Deputado Estadual Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ALTAIR SILVA – Muito obrigado.

Bom dia a todos os servidores da Secretaria da Agricultura, ao nosso presidente da Epagri, a nossa presidente da Cidasc, a todos os nossos diretores da Secretaria da Agricultura. Saúdo o Deputado Fabiano da Luz, que foi o proponente desta importante reunião, cabendo aqui ressaltar, Deputado Marquito, que também aqui está acompanhando esta audiência pública, que o Deputado



Fabiano da Luz propôs essa matéria, que tramitou na Comissão de Agricultura, sendo aprovada por unanimidade.

Eu tive a grata felicidade e oportunidade que o grande universo me deu de conviver um período com vocês, lá na Secretaria da Agricultura, e foi um período de muito aprendizado, muito aprendizado mesmo. E eu saí daquela missão cada vez mais convicto de que a minha missão agora, enquanto Parlamentar, é a de me somar aos esforços para melhorar constantemente as condições... Nós temos um corpo de servidores, tanto na Cidasc como na Epagri e no Ceasa, extremamente qualificado, mas, ao mesmo tempo, temos falta de profissionais; nós temos alguns Municípios de Santa Catarina nos quais não temos um extensionista da Epagri, e isso faz uma falta enorme.

Então venho aqui dar esse testemunho, fazer esse reconhecimento da importância do trabalho que toda a equipe que envolve a Secretaria da Agricultura desenvolve, e nós estamos aqui para apoiar, para incentivar e para ajudar a construir soluções, por isso a importância desta audiência pública, que nos ajuda a buscarmos soluções.

Nós temos concursos já realizados com aprovados que precisam ser chamados, mas nós precisamos de novos concursos, porque a demanda é muito grande. Nós estamos apoiando esta iniciativa, porque sabemos que os profissionais se dedicam à agricultura, ao agronegócio, às pequenas propriedades rurais, à agricultura familiar, que são a grande fonte de multiplicação da economia dos catarinenses, e investir no setor agrícola é multiplicar o recurso na nossa economia. Mas, para isso, nós precisamos estar com um corpo humano qualificado, reconhecido e, principalmente, valorizado. Esse é o grande desafio.

Portanto, eu me somo à proposta do Deputado Fabiano da Luz de debater este importante tema, de dialogar, porque muitas soluções são fruto de diálogo, de debate, de conversar.

Então, o meu muito-obrigado a todos e mais uma vez parablenho o Deputado Fabiano da Luz pela iniciativa, assim como saúdo todos os sindicalistas que estão aqui, a maioria deles eu conheço, são nossos amigos. Repito, nós estamos aqui para contribuir positivamente e fortalecer as nossas empresas ligadas à agricultura de Santa Catarina.

Um grande abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o senhor presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (Sintagri), Acácio Marian.

O SR. ACÁCIO MARIAN – Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação, neste momento, rever tantos colegas de trabalho das nossas empresas públicas aqui participando desta importante audiência, desta discussão tão importante para a manutenção das nossas empresas.

Eu gostaria de colocar para vocês todos que estão aqui, nossos colegas de trabalho, que empresas fortes se fazem com trabalhadoras e trabalhadores reconhecidos, que é o lema que o pessoal está usando nas nossas camisetas, assim como também colocar que nós temos uma preocupação muito grande com a contratação de novos colegas, com a recomposição do quadro de pessoal, mas nós também precisamos considerar os colegas que já estão nas empresas.

Eu quero fazer uma menção aqui bem clara à questão da nossa negociação trabalhista deste ano, porque nós estamos desde o dia 26 de março em regime de negociação com as empresas, com o governo, com a Secretaria de Estado da Agricultura e com a Secretaria de Estado da Administração, que é quem está este ano capitaneando esse processo de negociação, no entanto até o presente



momento não temos conseguido avançar da maneira que gostaríamos e da maneira como deveria estar acontecendo.

Hoje nós temos um Estado com um crescimento na arrecadação, isso divulgado ainda nesta semana pelos meios de comunicação, da ordem de 12,8%, que é um número muito significativo, no primeiro semestre, representando R\$ 26,5 bilhões. Nós temos também, ao mesmo tempo, uma cesta básica aqui em Florianópolis, por exemplo, no valor de R\$ 816,06 no mês de junho, no entanto o vale-alimentação dos trabalhadores que aqui se encontram continua no valor de R\$ 668,14, ou seja, o nosso vale-alimentação compra pouco mais de meia cesta básica. E isso é preocupante, porque começa a causar um desconforto financeiro nos nossos funcionários. [Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos]

Até o momento nós também estamos sem a reposição de perdas, e por menor que seja o índice nos últimos doze meses, ficou em 3,23%, mas até o momento os trabalhadores ainda não tiveram essa recomposição das perdas inflacionárias. Nós nem tratamos aqui de ganho real, nós estamos falando somente de inflação.

Portanto, a nossa proposta aqui é de que nós consigamos, efetivamente, avançar nesse tema: vamos fortalecer a empresa também olhando para quem já está lá dentro. Nós precisamos, sim, de contratação; nós precisamos, sim, de recomposição, mas nós precisamos dar a esses trabalhadores e a essas trabalhadoras que estão hoje nas empresas condições dignas de trabalho, de remuneração e de vida. Esse é o pedido que nós gostaríamos de colocar aqui para o governo e para as empresas, muito claramente, que nós precisamos avançar. Nós estamos sempre dispostos ao diálogo, a nossa data-base é 1º de maio, nós já estamos avançados, pois hoje já é dia 10 de julho e nós precisamos dar um contorno final a essa campanha. Esse é o apelo que fazemos.

Quero deixar então essa mensagem e agradecer mais uma vez todos que estão participando. É importante a mobilização de todos vocês. Sabemos que as empresas, como foi bem colocado aqui no início, precisam de mão de obra e de trabalhadores qualificados, e sabemos que as nossas três empresas, Epagri, Cidasc e Ceasa, estão muito bem servidas por um corpo profissional da mais alta qualidade. Nós precisamos ser também valorizados a altura do trabalho de excelência que nós, como funcionários e junto com as nossas empresas, oferecemos para a sociedade.

Muito obrigado pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Acácio.

Com a palavra o senhor Dirceu Leite, presidente da Epagri.

O SR. DIRCEU LEITE – Bom dia a todos.

É um prazer estar aqui discutindo um tema tão importante como este para a empresa na qual eu trabalho, para a empresa na qual sou funcionário de carreira, a Epagri, que tem feito muito por Santa Catarina.

Cumprimento o nosso Deputado Fabiano da Luz, a quem agradeço pela iniciativa; o Deputado Marquito, parceiro também; o Deputado Altair, Presidente da Comissão de Agricultura; os demais Deputados que nos assistem via YouTube; a minha colega Celles, da nossa empresa coirmã, a Cidasc, a quem parabeno pelo trabalho; o Jairo, representando o nosso Secretário da Agricultura, Deputado Valdir Colatto, um defensor do agronegócio, da agricultura familiar, uma pessoa que tem contribuído ao longo de toda a sua carreira; cumprimento o Saymon, nosso presidente do Seagro, o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos; cumprimento o Acácio, do Sindicato dos Técnicos Agrícolas; o Daniel, do Sindaspi; o Gustavo,



nosso diretor de Extensão; o Célio, diretor Institucional da Epagri, e estendo os meus cumprimentos a cada colaborador, a cada colega da Epagri aqui presente neste momento de discussão; os colegas da Cidasc; enfim, todos que estão aqui presentes.

Agradeço por esta oportunidade de irmos à Assembleia, à Casa de Leis do Estado para conversar, discutir sobre a importância que as empresas têm para Santa Catarina.

Quero dizer para vocês que desde o primeiro momento que assumi a presidência da Epagri, o nosso Governador Jorginho Mello tem manifestado todo o apoio às empresas da agricultura, a Epagri, a Cidasc e a Ceasa são vinculadas à Secretaria da Agricultura. O nosso Governador tem nos provocado a missão de cuidar das pessoas, e é o que a Epagri, a Cidasc e a Ceasa mais sabem fazer: visitar o agricultor, levar informação e ajudar a fazer. E é isso o que torna Santa Catarina grande.

Eu trouxe para vocês uma apresentação dos trabalhos que nós vimos fazendo na Epagri. Desde o primeiro momento em que cheguei à Epagri, no ano passado, falava-se muito em reestruturação, em PDV, na necessidade de se ter um PDV na Epagri, e o último foi em 2013. E digo para vocês que foi em 2013 que eu fiz o concurso e entrei na Epagri. E esse fortalecimento da empresa vem acontecendo.

E agora, depois de muito trabalho, de muitas reuniões, de muita conversa, nós aprovamos, no último dia 10 de maio, o nosso plano de reestruturação da Epagri, que vai trazer para a Epagri uma nova oxigenação, que vai considerar o trabalho de quem muito contribuiu, de quem deu a vida para a empresa, que vai fazer com que essa empresa continue próspera, ativa e com vida longa para os próximos anos.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Temos missão, temos visão e temos valores. Uma nova Epagri, uma Epagri antenada com o que está acontecendo, uma Epagri atualizada, uma Epagri de mãos dadas com o futuro, pensando nessa oxigenação, nessa demanda que existe, na demanda de trazer novos profissionais para que possam contribuir, tanto na pesquisa como na extensão. Nós somos uma empresa que faz pesquisa agropecuária, pesquisa de ponta; nós somos uma empresa que faz assistência técnica, que leva o resultado dessas pesquisas para os agricultores. Estamos de mãos dadas com o futuro, porque vislumbramos um futuro promissor para o agronegócio catarinense, para a agricultura de Santa Catarina.

O plano de reestruturação desta nova Epagri trabalha conceitos, trabalha a história da agricultura de Santa Catarina, a importância da agricultura para Santa Catarina, que aqui é falada e valorizada. E esta Comissão tem feito muito defendendo os interesses do agronegócio catarinense, e quando eu falo agronegócio, eu me refiro também à agricultura familiar, à agricultura industrial, enfim, a todo o setor agropecuário.

Nós temos em Santa Catarina cerca de 180 mil propriedades agropecuárias e 78% são de pequenos agricultores, um trabalho que envolve assistência técnica. São 180 mil propriedades gerando, aproximadamente, 500 mil empregos diretos, com aproximadamente 1,8 milhão de hectares de lavouras, quase 1 milhão de hectares de floresta e dezenas e centenas de criações agropecuárias.

Esse é um desenho rápido do nosso Estado, um Estado que tem um pouco mais de 1% do território brasileiro, mas é campeão quando se fala na produção de alimentos, é campeão quando se fala na produção agropecuária. O nosso VPA chegou em 2022 a R\$ 61,4 bilhões, mas o mais importante deste gráfico não é o valor a que se chegou, mas a tendência de crescimento que apresenta. E a



agropecuária catarinense é responsável por 6% do valor adicionado, mostrando que a atividade primária contribui para a geração de trabalho e renda no campo.

Quero cumprimentar o Deputado José Milton, que chegou aqui.

(Continua utilizando imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Temos uma produção bastante diversificada. As nossas maiores cadeias produtivas são as cadeias dos suínos e das aves, mas somos campeões na produção de leite, na pecuária de corte e na ovinocultura. No milho temos déficit, mas somos um Estado gigante. Mas mesmo as cadeias robustas, como a suinocultura e a avicultura – que são coordenadas, na sua essência, pela integração com as cooperativas do oeste –, têm no trabalho do extensionista da Epagri uma parceria quando se fala em conservação do solo, manejo de dejetos e alternativas de produção.

Temos uma rede bem diversificada. Temos dificuldades com o clima, temos maçã na serra, que compensa o clima; temos um oeste gigante e temos um Estado com vários microclimas e que produz uma diversidade gigante de culturas.

E qual a importância da Epagri nesse quesito? A Epagri é uma empresa de assistência técnica fundada em 1956, quando surgiu o primeiro escritório da Acaresc; em 1968 surgiu a Acarpesc; em 1971 o Iasc; em 1975 a Empasc; e observem, em 1991 houve a junção de várias empresas para formar a Epagri, que completa neste ano 33 anos de história; e em 2005 o Instituto Cepa passou a fazer parte da Epagri.

A Epagri é formada por várias empresas que, ao longo de sua história, ao seu tempo e a sua época, ajudaram a fortalecer o nosso agronegócio nas mais diferentes situações. Imaginem vocês se não fosse a presença do extensionista nesse desenho. Vocês acreditam que Santa Catarina seria essa potência que é no agronegócio? A presença da Epagri visitando e a presença da Cidasc, fazendo a sanidade, permitiram esse desenvolvimento. Mas não para por aí.

Por meio da inovação tecnológica estamos sempre propondo novas tecnologias. A pesquisa que a Epagri faz é exuberante, é uma pesquisa aplicada, aquela que se pesquisa a fim de gerar soluções, ou uma cultivar, ou uma tecnologia, que vai ser levada para o campo pelo nosso extensionista, e isso tem feito a diferença. Tem feito a diferença quando nós olhamos os cultivos de arroz irrigado, tem feito a diferença quando olhamos para a produção de maçã no Estado, tem feito a diferença quando olhamos para a piscicultura e tantas outras culturas, inclusive, Alexandre, a horticultura. São vários setores, desde a fruticultura tropical, e isso tem gerado o balanço social.

O balanço social é o mecanismo com o qual a Epagri presta conta, porque somos uma empresa deficitária. A nossa arrecadação, a nossa folha de pagamento, vem do governo do Estado. Então o nosso último balanço social, de 2022, fechou com R\$ 9,50 de retorno por cada real investido na Epagri. Ou seja, as ações de pesquisa e extensão da Epagri, em 2022, permitiram que cada real investido nela trouxesse um resultado para a sociedade de R\$ 9,50. Este ano já estamos fechando o nosso balanço social novamente e o resultado é um pouco melhor - em breve estaremos lançando o de 2023.

Mas a Epagri não pode parar. A agricultura catarinense é extremamente dinâmica, o processo evolutivo é muito rápido, e se pensávamos nas décadas de 1980 e de 1990 no século 21, podemos começar a pensar no século 22, porque é muito rápido o que acontece. Não podemos parar, não podemos ficar para trás.

E de onde vêm os recursos para a Epagri trabalhar? Somos uma empresa deficitária, toda a folha de pagamento é Fonte 100, é governo do Estado. A nossa manutenção vem dos contratos com Prefeituras, na casa de 37%. E eu costumo falar nos eventos dos quais participo que o primeiro parceiro da Epagri são as



Prefeituras, são elas que nos dão os escritórios, que fazem as parcerias e que ajudam a desenvolver. Mas também temos serviços agrometeorológicos da Epagri/Ciram, temos serviços de crédito, temos serviços de *royalties*, para os quais a nossa pesquisa tem providenciado soluções tecnológicas de grande envergadura. E os nossos *royalties* continuam crescendo. Isso mostra a parceria que temos tanto na maçã como no arroz, permitindo que as nossas pesquisas contribuam para aumentar a renda e aumentar a produção de alimentos, não só em Santa Catarina, mas em todo o Brasil e até mesmo no mundo.

Temos parcerias com as Prefeituras, convênios e com mais serviços, nos quais vemos também um crescimento. Criamos nessa gestão um Núcleo de Negócios, que vai pensar negócios que possam potencializar a arrecadação de recursos para a Epagri, quando se fala no agronegócio. Prova disso é o grupo Sambóia, pois estamos vendendo tecnologia da maçã para o mundo inteiro; o arroz, que tem sido um grande parceiro junto com o sistema cooperativista, aumentando a produtividade e a qualidade do grão; e as análises, tanto de solo como de tecido. E não pode parar.

O nosso plano de reestruturação foi desenhado para que a Epagri possa continuar evoluindo nesse contexto. Nós temos hoje 1.615 colaboradores e como eu falei para os senhores anteriormente, Deputado Marquito, nós somos a junção de várias empresas, empresas da década de 1970, da década de 1980, empresas que foram incorporadas em uma só Epagri, em 1991. Atualmente, dos 1.615 colaboradores, 408 apresentam mais de 35 anos de casa, são muitos aposentados, alguns ativos, mas nós temos aproximadamente 25% do nosso quadro com mais de 35 anos de casa.

Nós estamos presentes em todo o Estado, alguns Municípios com ausência de técnicos, mas com ações compensadas pelo Município vizinho. Quando fizemos o desenho da nossa empresa Epagri, começamos a ver onde estão os colaboradores: om até 20 anos de casa, resíduo do concurso de 2002, do qual nós temos a grande maioria, são 847 colaboradores; temos 225 colaboradores com 20 anos a 24 anos de casa; 6 colaboradores com 25 anos a 29 anos de casa; 131 colaboradores com 30 anos a 34 anos de casa; 405 colaboradores com 35 anos a 40 anos de casa; e nós temos 1 colaborador com mais de 50 anos de casa, com 57 anos.

Reparem que quando se fala em PDV, a Epagri tem *know-how*, porque estamos realizando o nosso quinto PDV. Realizamos em 1999, 2002, 2006, 2013, e agora, em 2023/2024. A diferença deste PDV, e isso é bom frisar, é que nos demais PDVs que a Epagri realizou ela diminuiu, em todos eles nós reduzimos o número de funcionários, com exceção deste PDV agora, no qual prevemos que a Epagri continue do mesmo tamanho, podendo até aumentar um pouco. Todos os PDVs da Epagri foram pautados em critérios claros e que foram publicados, e aqui está um resumo deles (*aponta para a tabela*), mostrando que a Epagri tem *know-how* para fazer o PDV.

Nós sentimos a necessidade de renovar, a necessidade de fazer diferente, quando começamos a olhar indicadores. Em 2014 nós tivemos um PDV e observem que o nosso balanço social mostra um aumento a partir de 2014, com o ingresso de aproximadamente 400 novos colaboradores. No PDV de 2013 saíram 602 colaboradores, e a contratação foi de 400 colaboradores. Então, vocês vejam que essa oxigenação é extremamente boa para a empresa, porque mostra um aumento no retorno econômico.

Da mesma forma é possível ver nesse gráfico (*aponta para a imagem*), em colunas, o número de famílias atendidas – na linha vermelha o número de funcionários da Epagri. Observem, senhoras e senhores, que mesmo havendo a



redução no número de colaboradores com o PDV de 2013, houve uma tendência de aumento nos valores de famílias atendidas a partir dali, com exceção de 2021 e 2022, quando fomos abalados pela pandemia.

Isso mostra que a nossa necessidade de oxigenação é extremamente importante e benéfica, e a história mostrou isso para nós, que os PDVs e os planos de reestruturação permitiram esse crescimento.

Criamos o PDVI agora com os seguintes requisitos: ter mais de 25 anos de casa, 60 anos ou mais de idade ou já estar aposentado pelo INSS – vários colegas nossos se aposentaram antes da reforma trabalhista, estão na ativa e agora eles podem sair pelo PDV –, e a vigência é de 2024 até 2026. Esse é o nosso escopo de trabalho.

E quero deixar bem claro que trabalhamos uma proposta de manter a Epagri igual, trabalhamos uma proposta para fortalecer a Epagri, para trazer gente nova, oxigenar, trazer novas ideias, novas soluções, tanto na extensão como na pesquisa, e buscamos um incentivo para fazer esse PDV. Estabelecemos um prêmio de 60% da renda bruta vezes os anos trabalhados; estabelecemos um teto de R\$ 750 mil; estabelecemos um piso de R\$ 100 mil; continuamos com a contribuição patronal para o plano de saúde, porque entendemos que é necessário e importante; e vamos realizar o pagamento desse prêmio de 12 a 36 parcelas, dependendo do tempo de serviço. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Rafael José de Souza*]

O nosso PDV está ancorado em alguns pontos importantes, e isso é necessário ser frisado, Ezequiel. Nós tomamos o cuidado de deixar tudo devidamente anotado e projetado. O nosso PDV está ancorado no nosso concurso ativo, nós temos um concurso ativo na Epagri, podemos contratar; está ancorado num concurso complementar, pois algumas vagas que vão sair no PDV não estavam previstas neste atual concurso, portanto, temos previsto um concurso complementar; e estamos ancorados também na terceirização de algumas funções que estão em extinção em decorrência da reforma que houve lá atrás, no PCCS de 2021.

Para desenhar este PDV, tomamos o cuidado, Deputado Altair, de fazer uma busca ativa no Estado, junto com o nosso diretor de Extensão e com os nossos gerentes de Extensão, mapeando e localizando os Municípios que não tinham técnicos e os Municípios que deveriam ter dois quando tinham apenas um. Esse foi o dever de casa da área da extensão.

Tomamos a mesma iniciativa na pesquisa, Deputado Marquito, ao chamar o nosso diretor de Pesquisa e pedir para ele mapear quais os postos de trabalho necessitariam de mais pessoas, para que a pesquisa pudesse continuar evoluindo. E esse mesmo exercício foi feito na área meio para que pudéssemos tomar essa decisão. E a partir daí levantamos que era necessário hoje, para cobrir as carências que a extensão, a pesquisa e a área meio têm, de aproximadamente 135 novos colaboradores. Partimos para a constituição deste PDV com essa visão, de que a Epagri precisaria primeiro fechar lacunas para então incorporar o PDV; construímos um PDV pensando em todo esse contexto.

Nós temos, hoje, 700 colaboradores aptos a aderir ao PDV. Como a conta do ano passado, hoje são 736 colaboradores que estariam aptos a aderir ao PDV. O período de inscrição já encerrou, Deputado Marquito, e dos 736 que estariam aptos a aderir ao PDV, 675 se inscreveram. Portanto, tivemos uma grande adesão ao PDV.

Bom, aqui estão os principais impactados (*aponta para o gráfico*) a aderir ao PDV em decorrência da idade. Nós entendemos que este PDV, este plano de reestruturação é um investimento, Eneide, porque trará gente nova, renovará o



quadro de pesquisadores, aportando na Epagri novos conhecimentos, novas tecnologias e trazendo maior eficiência para o setor. Levaremos ações mais efetivas a campo.

Eu digo para vocês que o nosso grande desafio hoje é convencer o jovem a permanecer na agricultura e para fazer isso nós temos que estar antenados com o que está acontecendo. O jovem de hoje não é o mesmo da década de 1990, não é o mesmo de 2010, Ezequiel, e não será o mesmo em 2030. Nós precisamos estar antenados a esses processos e provocar um maior retorno social nas atividades da Epagri.

Quais os pontos positivos do PDV? A redução dos gastos com folha, é fato; a contribuição para a redução dos limites de gastos dentro do governo, é fato; economia aos cofres públicos; renovação do quadro; profissionais novos e devidamente qualificados; e mais assistência técnica.

Este é o plano da nova Epagri (*aponta para a imagem*). Hoje o nosso desenho é esse: temos 1.615 colaboradores distribuídos e a nossa proposta é que, ao final desse PDV, consigamos ter na extensão e na pesquisa 1 para 1, ou seja, sai um pesquisador entra outro pesquisador; sai um extensionista, entra outro extensionista, e na área meio, a proporção será de 2,5 para 1, a cada 2,5 que sai, entra 1. Por quê? Porque na área meio temos vários cargos que estão em processo de extinção, então estaremos renovando a empresa, para que no final desse processo possamos ter isso aqui (*aponta para o gráfico*), possamos ter o quadro ideal que a Consultoria Rolemberg nos trouxe em 2015, que seriam 1.706 funcionários. Hoje temos 1.615 e com a previsão de saída do PDV, que numa busca ativa imaginamos que 467 pessoas possam aderir ao PDV, contratando via reposição do PDV, na proporção de 1 para 1 e 2,5 para 1, serão 333. Contratando mais 135 para fechar as demandas, chegaríamos a 1.615. Além disso, contratando aproximadamente 90 cargos terceirizados, 90 postos de trabalho, para atender principalmente as demandas da pesquisa e do centro de treinamento. Assim, após todo esse imbróglcio do PDV, vamos fechar com 1.706 pessoas envolvidas na Epagri, fazendo extensão, fazendo pesquisa e atendendo as demandas da sociedade.

Essa é a proposta de reestruturação da Epagri, é a proposta para tentar aumentar a presença da Epagri nas áreas afins de forma mais intensa, fazendo a diferença em Santa Catarina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Dirceu.

O Deputado Fabiano pediu que eu assumisse a presidência desta audiência para que ele fosse à Comissão de Constituição e Justiça relatar três projetos.

Convido o Deputado José Milton Scheffer para fazer parte da mesa.

Com a palavra o Saymon Dela Bruna Zeferino, presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro/SC).

O SR. SAYMON DELA BRUNA ZEFERINO – Um bom-dia a todos. Cumprimento todos os componentes da mesa, em especial os colegas trabalhadores sindicalizados aqui presentes que se esforçaram (*palmas*), alguns até compensando horas – Celles e Dirceu, já fica aqui o pedido para que sejam abonadas as horas daqueles que precisam e que estão aqui em defesa das empresas da Agricultura, a Epagri, a Cidasc e a Ceasa.

Talvez quem esteja em casa assistindo pela TV não conheça a Epagri, e é muito comum perguntarmos em eventos: você conhece a Epagri? Nós conhecemos, os agricultores conhecem, mas pessoas das cidades não se dão conta da importância que a Epagri tem para a sociedade catarinense.



O Dirceu apresentou bons números, certo? Concordo com o Dirceu e, por isso, a preocupação e este evento hoje aqui, do grupo de trabalho, da Frente Parlamentar pelo fortalecimento das empresas públicas.

Por que o sindicato está aqui presente? Para defender só o salário? Não. O sindicato também defende as empresas, defende o emprego, defende as famílias dos trabalhadores. São 1.615 trabalhadores na Epagri, mais 1.064 na Cidasc e mais os da Ceasa, então são 2.600 funcionários, trabalhadores, e não apenas eles, mas tem também as famílias desses trabalhadores. Quando escolhemos fazer um concurso público lá atrás, no início da nossa carreira, fazemos uma opção de vida. Alguns nos chamam de privilegiados, mas não, é uma opção que fizemos. Alguns chegam a dizer que a extensão rural é um sacerdócio, pois abdicamos de outras oportunidades para trabalhar em prol da sociedade catarinense e, por tabela, do país inteiro, porque as tecnologias geradas por esses trabalhadores aqui servem ao país e, em alguns momentos, até fora do país, em comissões técnicas, enfim.

A importância das nossas empresas: a Epagri trabalha com extensão rural e pesquisa agropecuária, enquanto a Cidasc trabalha com a questão da sanidade vegetal, animal...

(A senhora Celles Regina de Matos manifesta-se fora do microfone: "Inspeção!")

Inspeção – obrigado, Celles.

Santa Catarina, por muito tempo, foi modelo, e acho que ainda é, não é, Celles, na questão do *status* sanitário como sendo livre de febre aftosa, o que permitiu números expressivos em exportação, e isso foi fruto de quem? Dos trabalhadores. A Ceasa trabalha com abastecimento...

São empresas modelo no país, sempre citadas. Que bom, isso é ótimo. Mas como fica a valorização desse trabalhador, que está aqui compensando hora, que está desde maio sem o ACT assinado? Então, Jairo, que está aqui representando o Secretário Collato, por que isso? Qual o problema? Qual a dificuldade, se a maioria das questões que estamos solicitando agora é administrativa e sem impacto econômico? O que está acontecendo? Essa conversa vai se arrastar até dezembro? Acho que não é justo com esses trabalhadores que estão aqui, que estão em casa, e com a própria sociedade catarinense que nos assiste, que espera que esse trabalho de excelência continue. É difícil vir aqui na frente conversar sobre isso, mas quando vemos essas pessoas sentadas aqui na nossa frente, sentimos orgulho de estar aqui representando, de estar na estrada, com chuva, por três horas. Então, parabéns para vocês mais uma vez.

Existe uma publicação chamada Balanço Social, o presidente Dirceu já apresentou alguns números aqui, e também foi feito um trabalho chamado Plano Diretor, que prevê e trabalha a questão do futuro da Epagri para os próximos anos. O Célio estava aqui na plateia, mas teve que sair, mas eu até tenho algumas discordâncias em relação a esse trabalho, mas ele gerou números importantes. Houve consultas aos funcionários, aos parceiros, aos CMDRs, que são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, que compõem entidades municipais representativas.

Enfim, ali foram trabalhados alguns assuntos em relação ao futuro da Epagri, sendo solicitadas opiniões desse público. Não vou citar aqui tudo o que foi elencado, mas quem quiser esse material, se não for público ainda, logo será. Mas todos solicitaram maior presença da empresa no campo, junto das famílias; pediram estruturação da empresa; a presença no campo; e o fortalecimento das equipes no Município.



A Epagri, hoje, está presente, de uma forma ou de outra, assim como a Cidasc e a Ceasa, atendendo de alguma forma todos os Municípios do Estado. E apesar desse trabalho de excelência, ainda é pouco, porque o trabalho que as empresas desenvolvem exige atenção e dedicação à família rural. Não basta apenas ir lá e entregar uma política pública, o que é muito importante, ajuda no investimento, no desenvolvimento, na aplicação de melhorias quando o governo dá o alinhamento, mas para isso é preciso gente. E para que Santa Catarina continue no rumo, com a economia forte, com a agricultura forte, precisa de trabalhador e trabalhador valorizado.

Aqui eu repito: os sindicatos prorrogaram por dois momentos o ACT, o Acordo Coletivo de Trabalho, demonstrando boa vontade e querendo negociar, enquanto o governo apenas impõe as suas exigências. Os sindicatos não são contra o PDV ou PDVI, que fique bem claro isso, inclusive sugerimos que seja feito um instrumento à parte para atender aquilo que o governo tem pedido e que prevê a quitação plena, ou seja, coloca em risco o direito do trabalhador. Mas, numa conversa à parte, podemos detalhar isso e entrar num acordo. Então, não dá para misturar ACT, que é Acordo Coletivo de Trabalho, com o PDVI. Os sindicatos não são contra, inclusive estamos ali para assessorar e para garantir que tudo será resolvido e encaminhado, e que os direitos serão garantidos. Chegam a citar que o sindicato está com excesso de prudência. Que bom, alguém tem que fazer isso, certo?

Quando o plano é apresentado, Dirceu e Celles – também há PDVI na Cidasc –, ele é muito bonito, mas é apresentado e onde está a discussão? Onde está a garantia do governo de que esses 700 trabalhadores, aproximadamente 40% dos trabalhadores da Epagri, serão repostos? Onde está a garantia do serviço à sociedade? Isso precisa estar no papel, gente! Hoje, quem está querendo sair da empresa pode estar desconfortável, mas e os que ficam? Eles precisam de ajuda para tocar esse trabalho de excelência. Certo?

Outro ponto, e fica aqui uma sugestão, é que a Epagri não é uma empresa deficitária. Se o balanço social diz que a cada R\$ 1,00 investido pela sociedade catarinense retornam R\$ 9,50, em 2022, e esse número ainda deve aumentar, então não é deficitária (*palmas*). O serviço que entregamos não tem uma mensalidade, não tem uma anuidade, não tem uma taxa, mas retornamos em benefícios para a sociedade. Já foram citados alguns números e eu tenho aqui outros para citar: trabalho com jovens, com Unidades de Referência. As entidades consultadas solicitaram mais esse tipo de trabalho, ou seja, a aplicação das tecnologias em propriedades próximas, as URTs, como falamos, Unidades de Referência, que pode ser divulgado e propagado para os vizinhos, para aquela comunidade, para o Município. Enfim, é dessa forma que nós, trabalhadores dessas empresas, atuamos.

Além das empresas Epagri, Cidasc e Ceasa, dos sindicatos e desses trabalhadores aqui, também existem outras empresas no Estado. Temos o setor das agroindústrias e o setor das cooperativas, em que as empresas são parceiras e citam essa parceria como benéfica.

A Epagri é uma empresa bem vista, que trabalha com seus parceiros, traz resultados e eles pedem, solicitam que sejamos fortalecidos através da contratação, da garantia dessa reposição e de concurso. Tem um cartaz do colega aqui falando a respeito, porque já faz quanto tempo que o concurso está vigente? Acho que um ano e meio. Será prorrogado? Vamos resolver isso. Resolvam o PDVI, chamem o pessoal, vamos treiná-los e vamos continuar o trabalho, garantindo esse serviço de excelência.



Quanto às questões climáticas, nem preciso falar o que está acontecendo, o pessoal sabe, né? Estamos passando por uma semana de chuva e frio, e como fica a produção de alimentos lá nos nossos Municípios? De onde está vindo? Quem está nos assistindo está se dando conta disso? Tem o trabalho do pessoal da Epagri, da Cidasc e da Ceasa cuidando para que não falte alimento na nossa mesa. Então, acho que cabe uma valorização para esses trabalhadores. E não preciso nem dizer que 3% de INPC não cobre o que nós temos sentido no bolso, que é a inflação de fato.

Bom, não irei me alongar, temos aí cartazes, panfletos, os outros colegas e a plateia também desejam participar depois.

Muito obrigado e peço que os trabalhadores aqui presentes e os que ficaram trabalhando nos Municípios – mas estes que aqui estão também estão trabalhando por todos nós – sejam valorizados.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Saymon.

Com a palavra o Deputado José Milton Scheffer. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura Final: Siomara G. Videira*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Quero cumprimentar o Deputado Fabiano e por intermédio da presidente Celles, da Cidasc, e do nosso presidente da Epagri, cumprimento todos os colegas e os sindicatos aqui presentes.

De maneira bem breve gostaria de dizer que esta reunião é muito importante e essa preocupação do sistema na criação do fórum para a defesa das empresas ligadas ao setor agrícola é importante e pertinente.

Estamos aqui nesta Casa há alguns mandatos e por várias vezes acompanhamos tentativas de retirar recursos, de criar algumas dificuldades, de haver falta de reconhecimento do trabalho das empresas do setor agrícola.

Portanto, Deputado Fabiano, primeiramente eu gostaria de falar sobre a pertinência e a importância de ter essa preocupação por meio da Frente e, mais ainda, da participação dos dirigentes das empresas que vêm aqui, com o sindicato, debater, trocar ideias e entender melhor esse grande ecossistema.

Não é relevante repetir tudo aquilo que já foi falado acerca da grandiosidade do trabalho das empresas vinculadas à Secretaria da Agricultura, leia-se aqui Epagri, Cidasc e Ceasa. A história já mostrou que este é um setor que funciona e que faz acontecer as coisas no Estado. Eu fecho com o Saymon, presidente do Seagro, pois acredito que essas empresas não são deficitárias. Nós somos geradores de recursos e somente no setor de cooperativas, cujo berço foi lá na Epagri, na Acaresc, somente no ano de 2023 esse setor contribuiu com R\$ 3,4 bilhões de impostos, somente as cooperativas. Agora, imaginem se nós pegarmos toda a cadeia produtiva da proteína animal e de outros setores, como a fruticultura por aí afora.

Então, realmente nós somos geradores. Temos 30% do PIB, nós gastamos muito pouco do Orçamento do Estado, apenas 3%, é muito pouco, e muitas vezes ficamos tristes quando observamos os trabalhadores terem que aguardar tudo isso para receberem um reajuste de aproximadamente 3%. Eu sei que isso não é responsabilidade... que a decisão final não está nas mãos dos nossos presidentes aqui, pois caso estivesse eles já tinham resolvido.

Chamo a atenção para o fato de que nós precisamos nos articular, saber trabalhar para termos o trabalho reconhecido e valorizado, porque os valores do acordo coletivo deste ano são muito pequenos frente à grandiosidade do trabalho realizado pelas empresas, e isso demonstra uma falta de reconhecimento por



parte de quem toma a decisão da assinatura do acordo coletivo. E eu repito: não está ligado à agricultura, eles ajudam, estão lá, junto, mas está no setor financeiro, na decisão política de governo, de assinar o acordo, de reconhecer a importância das empresas.

Nós temos muita coisa a ser feita. Ainda temos bolsões no planalto e em algumas regiões de agricultura familiar que ainda não tem o mesmo poder aquisitivo, a mesma renda de outras áreas do Estado, são carentes de pesquisa e do trabalho de extensão que precisa ser feito. Hoje os números de Santa Catarina na conservação do solo e em outras áreas, o que nos dá uma garantia ambiental, mostram mais uma vez a importância da inserção das empresas nessa questão da sustentabilidade ambiental. Há anos que nós não aumentamos 1 hectare de área plantada nova, só aumentamos a produtividade, graças à ciência e à tecnologia aplicada, e se essas empresas deixarem de existir, o nosso agricultor vai ficar refém de multinacionais que hoje já vêm empurrado pacotes, muitos deles sem efeito algum, apenas com o intuito de vender produto. E aí vamos perder esse grande legado da agricultura catarinense: é 1% do território, o 6º maior produtor de alimento do país, mas isso tem um preço.

Nós todos temos que aprender, e o Deputado José Milton também, a valorizar o nosso trabalho. O Saymon, o pessoal do Sindaspi e de outros sindicatos já ouviram falar mais de algumas vezes: nós tínhamos que fazer um curso com os advogados do Estado, esses sabem valorizar a carreira deles.

(Participante não identificada manifesta-se fora do microfone: “Isso mesmo!”)

Não, não digo isso com desdém, nós temos que aprender com eles, eles sabem fazer isso. No meio de duas frases, botam uma vírgula, um ponto e isso dá mais tantos por cento. Nós temos que aprender com eles. Eu vivi isso aqui na Assembleia, gente. Eu fui aprender depois que eu vim aqui para dentro, foi aí que eu vi as coisas e nós temos que aprender isso. Nós temos que ter força política, não política partidária, porque não estou falando de Deputado, estou falando de força política para fazermos o nosso trabalho ser reconhecido, trazendo o agricultor para o nosso lado. Tem muita coisa a ser feita ainda.

Eu fico muito feliz com essa Frente. Preocupa-me algumas questões que temos na Agricultura, da inserção de alguns segmentos na Cidasc e em outras áreas, nós temos que ter essa preocupação. Eu acho que o número mínimo de funcionários da Epagri teria que ser 1.700, como está colocado aqui. Não temos uma garantia, mas nós vamos seguir cobrando para que cada um que saia, entre outra pessoa. Acho que o PDV é uma política de recursos humanos muito importante que a Epagri e a Cidasc têm, mas elas têm que ter a garantia da reposição. E na Cidasc o problema vai além, vamos precisar reforçar cada vez mais, Celles, para colocar mais gente da empresa em campo, que não pode encolher o seu papel, ela é estratégica para o desenvolvimento, e precisamos estar muito vigilantes. E eu sei que nós temos hoje no Dirceu e na Celles dois grandes dirigentes comprometidos, mas a decisão política vem do governo, vem da área da Fazenda, e precisamos ter força para fazer valer a importância que essas empresas têm. Existem muitas ameaças sobre elas e precisamos nos manter unidos, vigilantes e trabalhando com resultado, como nós fizemos até aqui.

Eu estava lendo ontem, rapidamente, um livro que recebemos, o último do Glauco Olinger – alguém falou naquele de setenta anos, e eu fiquei desconfiado de que é o Glauco que ainda está por aqui –, em que ele fala, com muita simplicidade, da importância do papel estratégico dessas empresas, e nós que sabemos disso temos o dever – não é pelo fato de sermos funcionários – de agir na proteção



delas. Essa Frente é um instrumento importante para isso e eu quero parabenizar o Deputado Fabiano por estar liderando esse processo e me colocar à disposição.

Também quero agradecer a presença da Celles e do Dirceu que, junto com os sindicatos e a Secretaria da Agricultura, com o Valdir Colatto, caminham juntos. Todos nós estamos no mesmo trem e temos que ajudar para que esse trem siga o seu caminho. É uma responsabilidade da nossa geração com o futuro da agricultura de Santa Catarina. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Deputado José Milton.

Com a palavra o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina (Sindaspi), Daniel Nunes das Neves.

O SR. DANIEL NUNES DAS NEVES – Obrigado, Deputado. Quero cumprimentar os trabalhadores e as trabalhadoras que estão presentes nesta audiência pública, audiência pública que não nasce hoje, não é, Deputado? Nós estamos indo para a quarta audiência. Começamos esse trabalho de fortalecimento das empresas públicas lá em 2016, quando o governo do Estado emitiu uma portaria, presidente Celles, transformando a Cidasc na possibilidade de ser apenas uma agenciadora que iria credenciar os serviços que estava efetuando na época.

Nós viemos para a Assembleia Legislativa discutir isso, Deputado, entendendo que este assunto é muito perigoso, inclusive para o estado sanitário do Estado. Já é a quarta audiência pública que fazemos, em todas aquelas das quais participamos os encaminhamentos foram no sentido de fortalecimento das empresas públicas e da realização de concurso público.

Assim, eu discordo de alguns dados apresentados aqui pelo presidente Dirceu, principalmente na questão da reestruturação da empresa. Nós temos aqui uma categoria que conversou e participou em dezenove assembleias no Estado e, por mais que se diga, presidente, que foi herdada essa questão da revisão do PCCS, que foi herdada a extinção desse cargo de operário rural, entendemos que não é uma atividade-meio da empresa, isso precisa ser revisto e ainda há tempo de rever. Naquela questão da terceirização, nós sabemos muito bem como funciona, depois é alegado que é difícil contratar porque os salários não são atrativos. Simples: melhorem os salários. Eu não enxergo essa questão lá na ponta, presidente. Inclusive nós tivemos a experiência de outros concursos públicos como, por exemplo, o da Celesc, porque muitas vezes essa mão de obra, esses operários rurais não ficam nem sabendo que houve concurso público e fica difícil de preencher.

No que está se tornando a Epagri hoje, e eu estou falando especificamente desta categoria? O pessoal da iniciativa privada, Acácio, vem para a Epagri trabalhar nas pesquisas e muitas vezes a rotatividade compromete uma pesquisa, porque daqui a pouco arruma outro emprego, pega e sai e nós estamos qualificando esse trabalhador para depois ele ir lá para fora, porque ele não vai ficar na Epagri com esse salário que está recebendo. Então, nessa questão da extinção – já como forma de encaminhamento –, eu indico que nós precisamos rever os PCCS.

Sobre a questão do PDV, nessas três audiências que eu citei, nós tivemos uma em 25 de abril, aqui na Alesc; uma em Chapecó, para discutir, inclusive, a questão do Cepaf que estava bem crítica na época, e também em Chapecó discutimos a manutenção do centro de treinamento; e no dia 17 de maio, aqui na Alesc, novamente uma nova audiência pública para discutir justamente os encaminhamentos dessas empresas. Naquele momento também se falou de PDVI,



de reestruturação e eu me lembro muito bem da fala do Deputado Valduga, dizendo que se fala em PDV, em PDVI e o que vem depois disso são as terceirizações.

Fico contente que ao menos fica o compromisso sobre a questão da reestruturação, em manter o número de funcionários, mas precisamos rever aquela questão da extinção do operário rural. Aqueles 91 terceirizados não podem mais ser terceirizados, devem ser do quadro da empresa (*palmas*).

Isso surgiu na nossa base, surgiu em todas as assembleias das quais participamos, inclusive o pessoal está solicitando e precisamos que seja conversado. Nós não somos contra o PDVI, como foi falado – vou ser bem breve porque fui contemplado na fala do Saymon também –, os sindicatos não são contra a questão do PDVI. Nós somos a favor, sim, de concurso público. Inclusive eu não entendo porque o chamamento do concurso público, que está em aberto ainda, está atrelado ao PDVI, se o edital foi publicado antes mesmo do PDVI. O colega que está na plateia já era para estar nomeado, até para a transferência de conhecimento, para que ele possa trabalhar com esse pessoal que está saindo e deixar esse conhecimento desses vinte anos, trinta anos, quarenta anos em que estiveram presentes dentro da empresa. É urgente e necessário que esse pessoal, pelo menos durante um tempo, participe e faça também o pré-serviço com essas pessoas que estão saindo agora e que dedicaram toda uma vida para a empresa.

Outro encaminhamento que existiu em todas as audiências e que nós sugerimos e organizamos bateu na trave, lá em 2014, não é, Saymon e Serginho, que foi a questão dos seminários regionais. Na época nós estávamos organizando, dentro da Epagri, seminários regionais para discutir a Epagri, para entender um pouco a Epagri. Falo tudo isso para, depois, não atravessar a gestão. E o pessoal que assumir, não interessa o governo que entrar, vai assumir a gestão e vai ter um documento que foi feito pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, um documento feito pela empresa. Esse documento é importantíssimo, porque seria o resultado dos trabalhos nos seminários regionais que, infelizmente, não aconteceram. Isso também foi encaminhamento da audiência em abril de 2017.

Sobre concurso público, isso também está lá nos encaminhamentos, existe a preocupação com a terceirização. Isso aí é bem complexo. Quanto à questão dos operários, e eu vou bater novamente nessa tecla, o que nós temos visto acontecer na Epagri é a questão dos apenados que estão trabalhando, o que é uma realidade, hoje, dentro do centro de treinamento. Nós não somos contra, inclusive tem um posicionamento da Cidasc em relação a isso, nós somos a favor da ressocialização, mas não como um meio para chegar ao fim. Essa mão de obra não pode estar lá para suprir a mão de obra deficitária da Epagri, muito pelo contrário, a ressocialização parte de uma estrutura que o Estado tem que prover para esses trabalhadores rurais e também como forma de somar àqueles trabalhadores que estão lá e que já exercem esse trabalho.

Então, presidente, dentro das assembleias eu vi até pesquisador da Epagri que chegou a pedir demissão porque faleceu o operário que trabalhava com ele, com mais de vinte anos em pesquisa.

Aqui na Casa, até em termos de reconhecimento dessas empresas públicas, tramita o PL 59.9, de autoria do Deputado Fabiano, que estabelece que ficam reconhecidas como empresas públicas e sociedade de economia mista de relevante interesse social e econômico do Estado de Santa Catarina a Epagri, a Cidasc e a Ceasa. É um projeto de lei que está tramitando aqui para reconhecer como empresas de relevante interesse social e econômico do Estado. Esse é o artigo 1º, mas no artigo 4º fala que para a manutenção desse reconhecimento os entes a que se referem o artigo 1º devem observar as políticas públicas de



fortalecimento mediante a realização de concurso público e a valorização salarial. Então, é para ter esse *status* de reconhecimento de relevante interesse econômico social.

Sobre a valorização, os meus colegas que me antecederam já falaram sobre a questão da negociação coletiva, então queria me ater mais à questão do espaço do grupo de fortalecimento.

Este documento, que é um documento orientador ao grupo de trabalho de empresas públicas, presidente Dirceu, é exatamente a sua apresentação de 2019, pois nós temos aqui todo o retrato da Epagri, da Cidasc e da Ceasa de quantos funcionários têm. E este é um documento orientador para o grupo de trabalho. É um documento de 2019 e que precisa ser atualizado, porque esse grupo de trabalho, que pertence e que faz parte da Frente em Defesa do Serviço Público de Santa Catarina, e nós também fazemos parte desse Fórum, mas é um grupo de trabalho para falar um pouco mais especificamente dessas empresas públicas da Agricultura.

E falando em Agricultura, fica o meu protesto e o meu registro. Desculpe, Jairo, agradeço a sua presença aqui, mas o Secretário Colatto é quem deveria estar aqui. É um espaço da Secretaria da Agricultura e o Secretário deveria ter como prioridade esta agenda. Ele não participou de nenhuma reunião de negociação até o presente momento, pelo menos até esta data, mas queríamos que o Secretário, pelo menos, estivesse aqui presente para ouvir o que esse pessoal que trabalha na Agricultura faz. Ele já conhece, mas deveria ouvir, inclusive, as nossas reivindicações.

Outro encaminhamento que quero apontar, o Deputado José Milton já falou da questão do orçamento, que um terço do PIB de orçamento chega a 3%, não chega a isso, não é? É um absurdo. Nós somos responsáveis por um terço do PIB em Santa Catarina e no Orçamento da Receita vem apenas essa miséria para essa Secretaria. Então, já saía das outras audiências também o apontamento para no mínimo de 4%, a 5% do Orçamento para a Secretaria da Agricultura, para aí, sim, fazermos uma reestruturação sólida e sustentável. Seria isso que eu queria colocar e apontar como encaminhamentos.

E registro que todo esse trabalho, ao longo desses anos, tem o dedo do presidente Piazero, que participou. Então fica também o agradecimento.

E a questão dos operários rurais, não está aqui o Adão de Jesus Siqueira, mas seria um operário rural que estaria aqui, não com tanta delicadeza como eu estou cobrando de vocês (*ri*), mas pode ter certeza que esta batalha é dele e nós vamos conseguir. (*Palmas.*) [*Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Daniel.

Com a palavra a senhora Celles Regina de Matos, presidente da Cidasc.

A SRA. CELLES REGINA DE MATOS – Bom dia a todos que estão aqui e aos que estão assistindo de modo virtual.

Primeiro, quero agradecer os meus colegas da Cidasc que estão aqui presentes, para mim são alguns dos mais importantes, porque todo dia nós construímos o mesmo objetivo juntos, sofremos as mesmas dores e aproveitamos as mesmas alegrias.

Quero agradecer o Deputado Fabiano por nos dar a oportunidade de voz, de falar, para alcançarmos muito mais pessoas, e isso é importante para nós, não é, Dirceu, como dirigentes de empresas e representantes também, pois sou uma representante dos 1.064 funcionários da Cidasc. A Cidasc, inclusive, desde 2014 – não me deixe mentir, minha diretora Administrativa, e fiz questão que meus



diretores viessem também, acho que o momento justifica a presença deles –, nunca teve um quadro robusto como o atual.

Muito já foi falado e eu reparei que muitas falas foram direcionadas às questões da Epagri. Mas o Deputado José Milton mencionou uma preocupação com o encolhimento. Não, Deputado. Essa questão de deixar de ser empresa pública para ser uma agência não é encolhimento, isso é classificação do Direito Administrativo. Nós, quando tínhamos o terminal graneleiro – os mais antigos vão lembrar –, até 2019, gerávamos lucro e isso classificava uma empresa, não é? Nós, hoje, não somos uma empresa que gera lucro, nós somos dependentes da Fonte 100, que é dinheiro do governo. Claro, eu não gosto do termo deficitário, porque como uma área em que a cada R\$ 3,00 que entra no governo R\$1,00 vem de nós, é deficitária? Isso aí é lucro puro, não é?

Vejam, a Cidasc faz a defesa sanitária, que é a saúde do rebanho animal, vegetal e também a inspeção, que aí vai para a saúde pública, humana, a nossa saúde, e esses são serviços fundamentais e que nos trouxeram o 1º lugar na produção de maçã, junto com a Epagri, obviamente, que trabalha no fomento e na qualidade, inclusive; somos livres de *cydia pomonella*, somos livre de Peste Suína Clássica há 9 anos – e eu não estou falando que o Brasil inteiro é assim, mas nós somos; há 23 anos não vacinamos em Santa Catarina e os Estados que há mais tempo não vacinam, fora o nosso, estão há apenas 3 anos.

Portanto, temos uma história de conquistas que nos torna um Estado que consegue alcançar mais mercados no Brasil. São 152 países que compram da nossa área agrícola. Ninguém tem isso! Nós alcançamos, queremos que todos os Estados do país alcancem, mas esse é um título nosso.

Deputados, eu fiz uma análise do trabalho dos profissionais da Cidasc, nós somos os médicos-veterinários, os agrônomos e os técnicos em agropecuária oficiais. O serviço da Cidasc é o serviço oficial que representa o Ministério da Agricultura e que representa o Brasil, independente de siglas partidárias. O serviço oficial é o prestado pela Cidasc e é avaliado durante as missões, como as que recebemos no ano passado e neste ano de vários países. E a partir dessas missões, que são auditorias internas do nosso serviço – nós somos auditados pelo Ministério e por essas missões – é que Santa Catarina pode exportar ou não. E nós sempre passamos, e passamos com louvor, exportando a nossa experiência para outros Estados.

Vou pegar a cadeia de suínos, da qual somos o maior exportador do Brasil, pois a cada dois suínos produzidos para exportação no Brasil, um é de Santa Catarina. E esse suíno só sai da granja para o caminhão e depois para o abate com a chancela do serviço oficial, que é da Cidasc. No ano passado recolhemos da exportação de derivados de suínos em Santa Catarina US\$ 4 bilhões – só vou pegar isso como exemplo, porque vocês sabem tudo o que faz o nosso profissional –, e dividindo isso pelo número de funcionários da Cidasc, significa que cada profissional, incluindo administrador, barreiristas, os colegas aqui presentes, todos, cada um possibilitou o retorno de US\$ 11,3 mil por dia para o Estado. Então, isso dá a noção do que é a nossa empresa.

Eu não vou falar mais do PDVI, nem fazer a apresentação que eu tinha feito cuidadosamente, Deputado, com quarenta *slides*. O Deputado disse: meu Deus, mulher gosta de falar. E eu disse: eu ainda mais. Mesmo que nós, mulheres, acabemos sempre ficando por último, e hoje novamente, isso um dia vai mudar, apesar de a Cidasc ser o que é. Por último fica sempre a melhor parte, não é? Sempre deixamos o melhor para o final.

Nós temos um PDVI que segue os mesmos alinhamentos postos aqui pelo presidente Dirceu, que foi um alinhamento conjunto com o governo. Eu não tenho



nada a reclamar, não sou funcionária de carreira da Cidasc, sou médica-veterinária há quarenta anos e há trinta anos sou gestora de carreira, então sei o que estou falando e gosto de trabalhar com fatos e dados. E quero dizer para vocês que trabalhamos com transparência. Tudo o que foi falado aqui não tem nada que o sindicato não saiba, porque é um dos alinhamentos que eu faço questão sempre de fazer, inclusive quando discordo, eu digo: Saymon, eu não concordo com isso, mas esse outro eu vou buscar junto. E se não faço isso, você me desminta agora. Portanto, somos transparentes para poder trabalhar direito.

Tudo que foi pedido da minha parte como gestora ao governo do Estado... Tenho que ser honesta e justa como sempre fui; não devo nada para ninguém e só devo lealdade a quem me ajuda. E quem me ajuda? O meu gestor, o Governador do Estado, e o nosso Secretário. Tudo que foi solicitado pela Cidasc nós recebemos. Se eu não solicitei algo, foi responsabilidade minha não solicitar.

No ano passado chamamos 45 colaboradores concursados, 15 engenheiros agrônomos, 9 técnicos em agropecuária e os demais são administradores. Pedi o concurso, no mês passado fizemos e vão chamar mais 20 médicos-veterinários, por quê? Porque a Cidasc está crescendo, nós somos o Estado que mais tem estabelecimentos com inspeção em carnes do Brasil, com 1% do território, com 295 Municípios, o Brasil tem mais de 5.000... mas nós temos empreendedores e o Estado tem que ajudar quem tem iniciativa a ir para frente, e a Cidasc dá essa ajuda também.

Nós não somos a soma de várias empresas, nós somos apenas uma desde o princípio, a Cafasc, depois a Cidasc, sempre trabalhando com a fiscalização. E essa fiscalização custou caro para alcançar os resultados que temos hoje.

Hoje nós trabalhamos para manter os atuais e alcançar outros resultados, nenhum Estado do Brasil tem os índices tão baixos de brucelose e tuberculose como o nosso, menos de 1% do rebanho leiteiro com brucelose; menos de 0,5% do rebanho positivo para tuberculose, e são doenças que passam para as pessoas. Eu sempre digo que há muito mais veterinário cuidando da sua saúde do que você pensa, Fábio, porque nós não deixamos isso chegar ao produtor rural. Eu sei, sou veterinária, há dez anos em campo, e eu ia fazer parto junto, que começávamos com a luva, a luva rasgava e nós terminávamos o serviço sem luva, é assim.

Estamos trabalhando o turismo rural, Deputado Marquito, ele está mexendo com isso, na sexta-feira tem um evento e tal, bacana... Queremos ser diferentes? Não é só chamar para ir à zona rural, é chamar para ir à zona rural no estabelecimento em que se possa tomar camargo, comer nata, comer queijo de propriedades livres de brucelose e tuberculose. Santa Catarina tem e pode fazer isso, vamos atrelar uma coisa na outra. Queremos e podemos ser melhores.

Então, pessoal, o que eu trago aqui para vocês? Fizemos concurso, vamos chamar, estamos terminando ciclos, vocês sabem, mudou o escopo há anos na Cidasc, não tem mais dragagem, não tem mais que perfurar poço, isso não é defesa sanitária, alguém faz isso, mas não é a Cidasc, nem o terminal graneleiro. Essas funções serão extintas com o PDVI, porque eu não vou contratar mais operadores de draga se eu não tenho mais draga, não é a nossa atividade. Mas os demais nós vamos chamar. Nós temos uma proporção de 1 para 1, cada administrativo que sair nós vamos chamar; e 1 para 2,5 nas atividades finais, que são técnicos, agrônomos e veterinários. Por quê? Porque acabamos de chamar veterinários e agrônomos. Então nós não temos essa demanda por enquanto.

A Cidasc está crescendo e entrando na área de inspeção de bebidas. Para vocês terem uma ideia, são 530 estabelecimentos hoje. É [um trabalho que] o Ministério da Agricultura vinha fazendo, mas com poucos braços, aquela situação



toda. São 530 estabelecimentos em Santa Catarina regularizados para a produção de bebida. O nosso estudo mostrou que Santa Catarina possui, mapeado por nós, 3.500 estabelecimentos que precisam se regularizar, o nosso pessoal não sabe como fazer com a parte documental, enfim, e nós vamos entrar para ajudar. E vale lembrar que, muitas vezes, nós culpamos a azeitona que comemos e não sabemos que a cerveja fez mal. Então há o bom produtor e há o outro que, talvez, precise entrar em um fluxo mais correto. E não é somente a cerveja, é qualquer bebida, um suco, seja o que for. A bebida é considerada alimento pela FAO, então tudo que afeta a bebida, afeta o alimento também, e nós vamos entrar nisso. Essa é uma demanda que está vindo da sociedade para a Cidasc, não é da Cidasc para a sociedade, e vai gerar ainda mais retorno para o Estado.

Estamos entrando na área de subprodutos. O pessoal do oeste vai saber que nós produzimos couro no Estado. O pessoal está querendo exportar couro para o Vietnã, e só vai exportar com a chancela do serviço oficial do Estado, que é da Cidasc. Já estamos entrando com isso, a partir de agosto seremos nós que faremos e o Ministério não fará mais. A Cidasc está crescendo e está absorvendo novas atividades? Sim, estamos encerrando aqueles ciclos que já foram concluídos há anos, agora com esse pessoal que esperava há muito tempo pelo PDVI.

Como gestora finalizo a minha fala dizendo que adoro tirar coisas da gaveta para resolver. E o PDVI, a contratação e tudo mais são coisas que vêm da base, Deputado. Não fui eu que acordei de manhã com a ideia, as coisas vêm da base porque conversamos e escutamos muito.

Obrigada pela oportunidade e estou à disposição de vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Celles.

Vamos para algumas falas da plateia.

Com a palavra a senhora Crystiane Peres, supervisora do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/SC).

A SRA. CRYSTIANE PERES – Obrigada, Deputado.

Bom dia a todos e a todas. Quero saudar os componentes da mesa e fazer uma saudação especial a todos os sindicatos aqui presentes e aos trabalhadores.

O Dieese é um instituto de pesquisa ligado, financiado e mantido pelo movimento sindical brasileiro, que produz pesquisa e informação voltadas justamente para a luta dos trabalhadores. E a discussão em torno da necessidade do fortalecimento das empresas públicas agrícolas de Santa Catarina já foi ressaltada aqui de diversas formas. A ideia seria complementar um pouco essa informação no sentido de [expressar] uma preocupação em relação à importância da ocupação e da renda gerada pela agricultura, pela agropecuária no Estado.

Percebemos, ao longo dos últimos anos, a tendência de diminuição de ocupação e de renda na área rural e na pesca em Santa Catarina. Esse é um elemento que pode até levar a uma desestruturação do mercado de trabalho no Estado, que em relação aos outros mercados de trabalho do país nós consideramos em condições mais favoráveis.

Nós temos uma taxa de desemprego baixa no Estado e, em parte, isso é importante. Essa taxa de desemprego baixa é composta pela relevância da ocupação na agropecuária, e a diminuição e o enfraquecimento dessa ocupação na área rural podem levar, como já vem sendo demonstrado pelos dados do censo demográfico e por outras pesquisas, ao deslocamento desses trabalhadores para outras áreas do Estado em busca de trabalho na indústria e nos serviços, podendo gerar efetivamente uma desestruturação. Já percebemos isso, pois a taxa de desemprego no Estado de Santa Catarina é de 3,8%, mas no entorno de



Florianópolis a taxa chega a 8%. Ou seja, a pressão de trabalhadores que podem não encontrar mais oportunidades de geração de ocupação e renda por meio da agropecuária, buscando outros espaços, tem uma tendência de desestruturar esse mercado de trabalho um pouco mais estruturado, diminuir a renda, gerar desocupação e principalmente intensificar o processo de desigualdade dentro do Estado, entre regiões que são mais industrializadas e fortes em serviço e outras regiões que têm a força da agropecuária como, por exemplo, o oeste, onde nós temos 15% da população ocupada na agropecuária, enquanto a média nacional é de 8% e em Santa Catarina também é de 8%.

Então, o fortalecimento das empresas agrícolas também tem esse caráter e de um projeto de desenvolvimento para o Estado que garanta retorno, renda e ocupação para a população do Estado de uma maneira geral.

No ponto de vista específico das questões trabalhistas, foram muito bem citados pelos sindicatos aqui, o Dieese vem reforçar essa preocupação da necessidade de valorização dos trabalhadores das empresas públicas.

Em relação às negociações coletivas observadas pelo Dieese ao longo dos anos, nós conseguimos perceber ao longo de 2023 e 2024 uma inversão da tendência verificada anteriormente, principalmente entre 2018 e 2022, quando houve o acúmulo de perdas salariais dos trabalhadores. Portanto, este é um momento em que a economia e os dados aqui apresentados indicam a possibilidade de reversão, de garantia e de mais direitos para os trabalhadores. A tendência está colocada e certamente há uma preocupação visível com o sentido da naturalização da terceirização. Como sabemos, a terceirização é a causa das desigualdades dentro dos locais de trabalho, desigualdade de remuneração, impactando efetivamente no serviço prestado.

Nós, inclusive, percebemos as consequências disso nas condições de saúde dos trabalhadores nos ambientes: saúde psicológica, saúde mental e saúde física, quando se coloca diferenciação entre trabalhadores efetivos e trabalhadores terceirizados. Então, essa é uma questão importante para ser considerada no momento. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca / Leitura Final: Dulce Maria da Costa Faria*]

A valorização das empresas públicas também está diretamente relacionada com a questão da inflação dos alimentos, que também é uma vertente que o Dieese acompanha permanentemente. Conseguimos perceber de imediato os impactos do aumento do preço dos alimentos para os trabalhadores e as trabalhadoras nas cidades. Temos a Pesquisa Nacional de Cesta Básica do Dieese que aponta Florianópolis como tendo a segunda cesta básica mais cara do país. Então, as medidas de assessoria técnica e fiscalização no campo podem, inclusive, gerar uma maior possibilidade de aquisição de alimentos para os trabalhadores de uma forma mais acessível.

Apesar de ser um Estado rico, com um PIB elevado e com um PIB *per capita* muito elevado também, temos que lembrar que em 2022 Santa Catarina fechou o ano com aproximadamente 340 mil pessoas passando fome e mais de 2 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no Estado. Então, as medidas de fortalecimento das empresas são importantes justamente por trazer impacto direto para a população, para o projeto de desenvolvimento do Estado e para as categorias envolvidas.

Obrigada e contem com o Dieese. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado.

Com a palavra o senhor Gilmar Luiz Espanhol, do Sindaspi.



O SR. GILMAR LUIZ ESPANHOL – Boa tarde a todos e a todas, especialmente aos trabalhadores por terem vindo aqui. E saúdo também o pessoal da mesa.

Eu sou um extensionista da ponta da corda e quero dar um depoimento sobre o que estamos passando, principalmente com relação aos trabalhos de extensão rural da Epagri. Hoje, lá na ponta da corda, gastamos em torno de 60% do nosso tempo com política pública, e isso é bom, em um primeiro momento, para os agricultores. Mas nós, enquanto técnicos, entramos em uma seara muito complicada, porque estamos lá para dar assistência técnica e extensão rural para esse pessoal, temos que estar lá sujando a bota, na ponta da corda, com o agricultor, mas estamos fazendo burocracias no escritório. E, com isso, praticamente não estamos preparados mentalmente para suportar toda essa pressão.

O presidente Dirceu trouxe alguns dados e mesmo com o PDVI de 2013, nós aumentamos o nosso retorno, não é, presidente? Mas por um preço: a saúde do trabalhador. E esse preço é muito caro. A saúde mental, a saúde corporal, a pressão sobre os trabalhos só corrigimos de um jeito, Dirceu, com gente na ponta, e gente valorizada. É impossível que um Estado rico como este, com todos os números que foram apresentados aqui, não consiga dar um ganho real para nós no salário.

O Sindaspi acabou de fechar várias negociações com a base privada e nós tivemos um ganho real significativo na base privada, pessoal. E é difícil negociar com o patrão no setor privado, não é fácil, porém, se levarmos dados, eles nos retornam. E é difícil negociar com o Estado, principalmente com o Secretário da Administração, que não conhece a nossa realidade lá na ponta da corda.

Eu fico triste ao ver uma Secretaria da Agricultura com apenas dois trabalhadores e o restante sendo cedido, como acabaram de falar aqui, e o Secretário da Agricultura que não participa das negociações e não está aqui, neste momento, para falar sobre as suas demandas, não é? Nós, como trabalhadores, queremos, sim, a valorização e queremos um PDVI.

Não podemos esquecer que esse pessoal que tem trinta anos, quarenta anos, cinquenta e poucos anos de Epagri vai sair e os “cérebros” também vão sair. Como farão para renovar tudo isso? Essa é a pergunta que fazemos. Como renovar uma pesquisa com a terceirização dos operários rurais? Respondam-me! Os gerentes de pesquisa não me responderam sobre isso, principalmente sendo uma pesquisa de longa duração, com quatro anos, cinco anos, em que vai rodar mão de obra e com trabalhadores que não têm conhecimento.

Estou só com um minuto para concluir a minha fala, mas quero fazer um apelo aqui. Nós queremos a valorização do nosso trabalho, do nosso salário. É impossível que não se dê um ganho real, é impossível que não tenhamos um vale-alimentação igual ao da Celesc, igual ao da Casan. Ah, vão dizer que eles têm lucro, mas nós também vendemos tecnologia, e não vendemos pouca tecnologia, nós vendemos muita tecnologia. A semente de arroz no Brasil, hoje, somos nós que produzimos, e outras coisas também, não é, Deputado, as quais não convêm mencionar aqui. Nós temos, sim, poder de negociação e o governo tem que negociar conosco.

O PDVI é uma importante ferramenta para a oxigenação da empresa, sem dúvida. Agora, se sair nessa projeção que foi feita, Dirceu, nós vamos ter 450 [funcionários] saindo, fora o que já temos de defasagem. Um concurso não vai dar conta. Então, eu tenho um encaminhamento, vamos dizer assim, se é que a minha palavra pesa alguma coisa. Eu acredito que vai sair um PDVI, sim, vão para casa, vão pescar, vão ser felizes, mas a estrutura da empresa tem que ficar. É preciso



concurso público, um segundo edital para completar as vagas e chamar imediatamente a rapaziada que passou no concurso, porque nós temos que fazer a transição, como o Daniel falou. Se eu sair no PDVI, e estou inscrito, vou ter que treinar alguém para ficar no meu lugar, mas se não tiver alguém para ficar no meu lugar, como vou treinar? E como vão ficar os agricultores? Como vão ficar as famílias? Como vai ficar a produção de alimentos? A Cidasc e a Epagri são responsáveis pela qualidade dos alimentos, sem dúvida, mas são os trabalhadores que fazem isso.

O que estamos pedindo é a valorização dos trabalhadores. É impossível que um Estado rico não consiga valorizar monetariamente os seus trabalhadores. Eu estou vendo uma intransigência muito grande do Secretário e uma inércia total da Secretaria da Agricultura.

É isso, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado.

Com a palavra o senhor Maurício de Alexandrino, que representa os aprovados nos concursos.

O SR. MAURÍCIO DE ALEXANDRINO – Boa tarde a todos.

Cumprimento a mesa, o nosso presidente Dirceu, espero logo estar na empresa, os Deputados aqui presentes, especialmente o Deputado Zé Milton, que deu uma saída agora, mas tem nos apoiado muito, e também os nossos colegas. Eu já fui colega de trabalho do Jairo, que está representando a Secretaria da Agricultura, nós trabalhamos juntos na Secretaria da Infraestrutura.

Eu vou fazer aqui um breve relato, e falo em nome dos aprovados no concurso público, que passam de uma centena. Tem um grupo que acompanha comigo e faz diariamente essa reivindicação, e não são apenas os aprovados para as vagas, como é o meu caso, que fui o 1º colocado na área de tecnologia, uma área que demanda muito esforço e tem profissionais que já estão há mais de quarenta anos na casa e detêm um conhecimento gigantesco – estamos falando aqui de inteligência artificial e de outras novidades do mercado de tecnologia que precisam ser revigoradas e utilizadas pela empresa. Além da área de tecnologia, tem toda a área de pesquisa, como os colegas já mencionaram aqui, que não vou me aprofundar porque não é uma área da qual eu tenha conhecimento.

Eu gostaria de deixar aqui um relato. Eu já faço parte do serviço público há mais de vinte anos, fui funcionário terceirizado na Secretaria da Infraestrutura por quase dezesseis anos e fiquei nesta Casa Legislativa por três meses, como funcionário terceirizado. Também já passei pela Secretaria da Administração como servidor público temporário, com contrato de dois anos, e tive outras experiências na área privada. Então, eu venho trazendo esse conhecimento, da mesma forma que outros colegas também trazem conhecimento na área fim da empresa. Nós temos médicos-veterinários aprovados que estão à disposição e prontos para serem exonerados de suas Prefeituras para fazerem parte da Epagri.

Eu gostaria de apoiar a fala dos sindicatos. O Daniel tem nos apoiado também em relação ao chamamento do concurso e quero ficar à disposição, quem sabe até mesmo marcar uma agenda com o nosso presidente, o Dirceu, para que possamos estabelecer um cronograma, porque os aprovados estão há um ano e três meses aguardando esse chamamento. E não é apenas o PDVI, essas cem vagas já existem, isso está estabelecido no próprio *site* da Epagri. Dessa forma, gostaria de deixar esse apelo aqui: que não apenas as vagas sejam preenchidas, mas que, na medida do PDVI, as demais vagas do cadastro reserva também sejam chamadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado.



Com a palavra o senhor João Carlos Santin, assessor jurídico do Sindaspi.

O SR. JOÃO CARLOS SANTIN – Bom dia a todos. Na pessoa do Fabiano da Luz, que é o nosso grande companheiro e encampa as nossas demandas, cumprimento todos os demais.

Foram muito bonitas as falas dos presidentes, mas eu acho que o desafio maior dos senhores é convencer este governo da importância da Secretaria da Agricultura. Estou há quase dez anos no Sindaspi e não vemos esse reconhecimento. E este ano isso ficou mais claro para nós, com a delegação da Secretaria da Administração para negociar os nossos acordos coletivos. Vimos um Secretário bastante interessado e tínhamos um grande otimismo no sentido de que realmente este ano a negociação seria diferente, mas não foi. Foi uma grande decepção, porque, primeiro, o Secretário desconhece completamente a situação, como falou o Gilmar. Houve, talvez, uma falha, Celles, em colocar a situação da Secretaria da Agricultura para o Secretário da Administração, que mais uma vez demonstrou que o governo não tem qualquer compromisso com a Secretaria da Agricultura. Desde que foi diminuído o orçamento da Secretaria de 5% para 3%, ficou demonstrado que nós somos só prejuízo, e até o presidente da Epagri disse aqui que nós somos deficitários.

Então, muito mais do que isso, eu gostaria de dar um depoimento, porque estou acompanhando a assessoria do Sindaspi há quase dez anos e, para nós que éramos de fora, pois eu só assessorava a iniciativa privada, os trabalhadores da Epagri eram vistos, não digo como magnatas, mas como pessoas muito bem remuneradas e como referência na sociedade.

Ezequiel, vocês fizeram a loucura de me contratar e foi quando comecei a atender os trabalhadores da Epagri, e ao olhar os holerites, meu caro Dirceu, eu dizia: não é possível um trabalhador ganhar isso, como o Adão Siqueira – que nos deixou precocemente e ao qual presto uma homenagem aqui –, que foi um grande lutador, com quem eu tive a oportunidade, Celles, de andar por toda a região do meio-oeste e do oeste e constatar a deficiência e o desmonte das empresas. Existiam projetos estratégicos que foram abandonados, como o da produção de mel, da produção de alevinos em Caçador, como o da Casa do Mel, de Concórdia, a Casa do Mel, de Campos Novos, e tivemos que judicializar a questão para sermos ouvidos. A Lei de Licitações etc. dá várias hipóteses para que, mesmo estando no patrimônio da Embrapa, haja condições de desenvolvermos atividades sociais, principalmente atividades de cunho importantíssimo para toda a cadeia de produção, como as abelhas.

Então, essas são algumas questões. Ao olhar os holerites dos trabalhadores, é inacreditável. Depois tivemos o PCCS, que melhorou um pouquinho, mas hoje o piso dos trabalhadores, dos operários rurais não é o adequado. E, lamentavelmente, foi sem discussão com o sindicato, como no caso dos PDVIs, e novamente vão implantar outro PDVI na Cidasc sem discussão e sem a manifestação do movimento sindical, dos representantes dos sindicatos. Celles, estou te repreendendo aqui, porque é mentira que somos sempre chamados para negociar e discutir as questões do PDVI, eu não sei de nada, nós não recebemos nenhuma proposta do PDVI da Epagri e nem do PDVI da Cidasc. Portanto, isso representa uma desconsideração com os sindicatos, e já temos tido várias reclamações do PDVI da Epagri, que podem ser resolvidas na Cidasc, como, por exemplo, a questão do que se considera como remuneração bruta, Ezequiel.

É por isso que os sindicatos são grandes parceiros de todos vocês e vou pedir a solidariedade dos que não se inscreverem no PDVI em relação à manutenção do quadro funcional das empresas, de trabalhadores e não de



colaboradores. Eu acho que aqui não tem nenhum colaborador, todos vocês, e nós, somos trabalhadores e temos que parar de admitir que as empresas nos tratem como colaboradores ou como recursos humanos.

Então, encaminhamos inclusive o dissídio coletivo, estamos levantando várias questões de intromissão indevida na negociação coletiva... Desculpem o termo, ajude-me aí, John.

(Um dos participantes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Ações antissindicais das empresas, que este ano não vão passar despercebidas. E essa resolução que saiu ontem também não passará despercebida pelo Ministério Público e pelo Judiciário, demonstrando claramente uma conduta antissindical das empresas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Santin.

Eu vou chamar aqui...

A SRA. CELLES REGINA DE MATOS – Por favor, meu nome foi citado, Deputado.

Eu acho que o senhor me ama *(dirige-se ao senhor João Carlos Santin)*, porque o senhor não me esquece um minuto *(ri)*.

(O senhor João Carlos Santin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Então somos dois, nasci pronta.

Pessoal, é o seguinte, e não vou falar pela Epagri, não conversamos sobre isso, mas estou na administração pública diretamente há um ano e quatro meses, e o senhor me desculpe, a minha falha foi essa: eu não sabia que isso teria que passar pelo sindicato. E eu não tenho sobre mim o peso de saber tudo. Agora, o senhor me chamar de mentirosa, nunca mais, porque quem pode dizer se eu sou mentirosa são os presidentes dos sindicatos, que eu duvido que digam. Então, o senhor não conhece a causa e usa palavras que não precisa, não é? Eu realmente não sabia e se soubesse não teria nenhum problema em passar. Nunca mais cometerei essa falha. E isso pode ser tratado com tranquilidade, sem agressão. Está com vocês, será negociado, como tudo o que sempre negociamos.

Outra coisa: falar que o governo não dá atenção para a Agricultura... Eu sou profissional de respeito, faz quarenta anos que estou na área, por onde passei me conhecem e até hoje me chamam de volta, as pessoas me respeitam pelo meu trabalho. Podem discordar da minha posição, mas o respeito eu tenho. Eu não ficaria em um lugar onde o setor em que trabalho fosse tratado assim. Por isso agradeço ao Deputado por termos voz e podermos contar as coisas. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Clovis Pires da Silva]*

E falando de remuneração, a Cidasc está entre as três empresas que melhor pagam no Brasil, e tem os benefícios também. Não quero dizer com isso que não dá para melhorar, sempre dá e a luta é essa, não é? Mas também quero dizer que é o fim do mundo *[escutar isso]* e não sou dessas que vai ouvir calada.

Além disso, em função de todos os recursos que nós temos, os outros Estados vêm aqui ver como fazemos para tê-los. Ganhamos carro novo, a parte de informática está toda atualizada e se eu estou mentindo, os funcionários que estão aqui digam que é mentira. Podem dizer.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Eles dizem, sim, porque nós trabalhamos com igualdade, conversamos e está tudo certo.

Então, pessoal, eu proponho que nós, quem sabe como um encaminhamento, amanhã ou depois... Tem muito essa fala de que falta gente aqui, falta gente ali e isso tudo é uma percepção. O rapaz da ponta da corda *(dirige-se ao senhor Gilmar Luiz Espanhol)* tem que ser ouvido, você tem que ser



ouvido. O trabalhador é o da ponta da corda, daquela ponta e desta aqui também, porque nós estamos aqui para dar corda, corda nova, corda boa, ter uma botina boa para trabalhar e sujar. Eu sei o que é sujar a botina.

Então, eu proponho que uma ferramenta técnica, chamada cronoanálise, possa ser implantada. Ela é técnica, não é o que eu acho ou o que a Roselita acha, é uma medição, uma ferramenta técnica de cronoanálise para essas atividades. Acompanha-se o desenvolvimento da atividade, mede-se o tempo, calculam-se as pessoas, e isso pode ser uma ferramenta boa, porque não é o teu pensamento, o meu ou o dele, que acha que precisa cinco, o outro acha que precisa dez e que nós vamos discutir a vida inteira. Pode-se aplicar uma ferramenta e isso existe no mercado. Fica a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Com a palavra a senhora Eneide Barth, da Epagri de Pomerode.

A SRA. ENEIDE BARTH – Boa tarde, pessoal. Eu vou tentar ser bem objetiva, pois sei que estão precisando deste espaço.

Eu quero pegar um pouco da fala da colega do Dieese, porque acho que foi uma fala muito, muito importante, talvez uma das mais importantes. Tudo o que foi colocado aqui está correto, concordo com muitas das questões que foram trazidas aqui. Agora, quem determina o tamanho do Estado, o tamanho que a agricultura estatal vai ter, na verdade é o tamanho do trabalho que nós temos a fazer, é o tamanho do trabalho necessário para garantir uma produção saudável de alimentos para toda a sociedade.

Na medida em que nós temos um aumento do clima extremo, nós vamos precisar, cada vez mais, de conhecimento e de tecnologia no campo, assim como superar os desafios da sucessão familiar. Os números do IBGE, quem explora sabe que os dados do Sidra já mostram, desde 2006, que estamos tendo um encolhimento no cenário rural, que nós só vamos conseguir solucionar com um número suficiente de trabalhadores. Quanto menor for o recurso da Agricultura, maior terá que ser o recurso para a Saúde, porque uma alimentação saudável é a base de um povo saudável.

Orçamento menor do que 3% para a Secretaria da Agricultura? É sério isso? É uma vergonha! É uma vergonha! Dois funcionários na Secretaria da Agricultura? Gente, como nós podemos admitir isso? Isso é inadmissível. Eu penso que, na verdade, a Secretaria da Agricultura tinha que ter, além dos seus funcionários de carreira, um tapete vermelho novo para receber os agricultores responsáveis por 30% do PIB. Como é que pode isso?

O número de funcionários é determinado pelo tamanho dos projetos para reverter a consequência da falta de sucessão, para a mecanização, que é tão importante, pois o jovem não quer ficar na propriedade se ele tiver que se esgualar igual aos pais. Trabalho braçal, esforço desmedido, isso não vai mais acontecer. Então, dinheiro não basta. FDR é muito bom. É muito bom o FDR, mas o conhecimento é fundamental, a aplicação de recursos sem o devido conhecimento necessário para essa produção limpa de alimentos não é suficiente para garantir a permanência da juventude no campo, tampouco para garantir uma mesa saudável aos catarinenses.

Todo mundo falou, mas eu vou falar também: a empresa é deficitária? Iniciativa privada visa lucro, política pública – extensão e pesquisa pública é uma política pública – visa desenvolvimento, não visa lucro, lucro é com a iniciativa privada. O sucateamento das empresas da Agricultura começou faz tempo, não é de agora, é uma coisa antiga. E isso significa sucatear também a agricultura, a agropecuária. Não é apenas fazer as coisas para valorizar a Epagri, valorizar a Cidasc ou valorizar os trabalhadores da Agricultura. Isso é consequência. Na



verdade, nós temos que valorizar o agricultor, valorizar a produção limpa de alimentos e trabalhar para que isso seja mantido. Esse sucateamento não só prejudica a agricultura, como também adocece os trabalhadores. A falta de concurso... e concurso e PDVI deveriam ser programas constantes, porque na medida em que a Epagri envelhece – nós temos 25% com mais de 25 anos de casa e isso significa envelhecimento –, não existe plano de saúde que dê conta internamente e nós temos que ficar pedindo uma complementação. A única forma de resolver isso é através do ingresso constante conforme o trabalho for demandando.

Uma última questão: qual comida nós queremos ter na mesa dos catarinenses, na mesa dos nossos filhos e dos nossos netos? Certamente lá na Secretaria da Fazenda o pessoal também quer uma comida boa para si, para os seus filhos e para os seus netos, comida e água saudáveis. E isso somente será feito com extensão rural, com extensão social (*palmas*) e com um setor administrativo forte dentro da empresa.

Não tenho mais tempo, mas eu poderia contar quantas horas do ano o povo paga o engenheiro agrônomo para fazer memorando, para fazer relatório, para preparar amostra de solo, para pedir e enviar boleto. É uma hora muito cara e esse trabalho poderia estar sendo feito por um profissional administrativo. Isso tudo foram decisões tomadas lá no passado e que agora o Dirceu tem que lidar aqui, tem que se equilibrar. Ele tem um coração de extensionista, eu sei, e agora vai ter que se virar com isso. E as decisões de agora vão refletir no que vai acontecer daqui a dez anos, quinze anos, quando os agricultores que agora têm 50 anos terão 70 anos.

Pensemos nisso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado.

Eu vou encerrar agora as manifestações da plateia com a fala do George William Wulf, que é presidente do Sindicato dos Armazenadores do Estado de Santa Catarina.

O SR. GEORGE WILLIAN WULF – Boa tarde a todos, ao Deputado Fabiano, à mesa, à presidente Celles, a todos os companheiros dos sindicatos e a todos que estão presentes, que deixaram de estar em suas casas para estarem nos acompanhando.

O que nós temos para falar hoje, a maioria dos sindicatos já falou. Eu acho que o governo deveria ter mais comprometimento com toda a categoria. Se hoje ele valoriza tanto a nossa mão de obra na agricultura, ele não deveria ficar enrolando tanto na negociação do acordo coletivo para dar os 3,23%. Eu acho que deveria ser uma coisa mais rápida, não deveria ter tanto empecilho, tanta barreira para a negociação.

Eu faço minhas as palavras do Saymon, do Acácio e do Daniel, porque nós não precisamos estar repetindo tanto as coisas. Porém, eu quero expor que hoje eu sou de São Francisco do Sul, do terminal graneleiro, e tenho 11 anos de casa. Nós somos 62 cidasquianos lotados no terminal graneleiro e temos várias funções lá dentro, mas por trinta anos, de 1989 a 2019 – são trinta anos de contribuição do terminal graneleiro com a Cidasc –, tanto projetos, como qualificação de mão de obra saíram do terminal e hoje nós temos 62 cargos em extinção.

Então, nós pedimos o carinho, tanto do governo como da Secretaria, de não olhar para nós somente como funcionários em extinção, mas, sim, como funcionários que trabalharam por trinta anos e contribuíram para o crescimento da Cidasc e do Estado, tanto na agricultura como em outros projetos que temos. Acho que apenas a minha palavra é pouco, mas todo mundo já falou o suficiente. Nós temos que ser valorizados, o funcionário tem que ser valorizado, porque cada um,



quando sai da sua casa para trabalhar, sabe a peleia que passa, sabe a dificuldade.

Quero somente ressaltar que o pessoal busque ter um pouco de conhecimento, porque acho que muitos não têm conhecimento da questão do terminal graneleiro, que foi de grande importância para a agricultura nesses trinta anos. E acho que o terminal só foi perdido, talvez, por má gestão ou má administração, porque até hoje poderia estar na mão da Cidasc, sendo uma fonte de lucro para a empresa.

As minhas palavras são curtas. Muito obrigado e boa tarde a todos.
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado.

O Jairo ainda quer tecer mais algumas palavras.

O SR. JAIRO AFONSO HENKES – Eu só queria complementar algumas informações. O pessoal se apavorou com os 2 funcionários efetivos trabalhando na Agricultura. E é verdade, o pior é que é verdade. Nós temos mais 34 funcionários da Epagri cedidos, que são empregados públicos, e da Cidasc mais 11. Desses da Epagri, 3 são cargos comissionados e da Cidasc 7 são cargos em comissão. E na Secretaria nós temos 17 cargos comissionados e 39 funcionários terceirizados, que é o maior bloco de funcionários, e mais 10 estagiários.

O Secretário está pleiteando, desde março do ano passado, a possibilidade de realização de concurso público para, pelo menos, setenta vagas, que são necessárias. E isso está sendo, digamos, não levado de barriga, mas protelado para tentar resolver a situação, foram sugeridas outras alternativas, como cargos temporários, só que isso não é o ideal para nós.

Nós precisamos ter uma estrutura de Estado forte, porque o agro representa 30% da nossa produção, do nosso PIB. Precisamos valorizar o agro, valorizar a Secretaria e valorizar também nós mesmos, trabalhadores do setor, e os produtores. Precisamos defender o setor e essa é uma grande preocupação. Essa busca de funcionários não é de hoje, em 2013 a Secretaria tinha 213 colaboradores, em 2018 tinha 154 e, agora, está somente com 113. Então, há um decréscimo, o que é uma preocupação nossa. E há a busca constante disso.

Em termos orçamentários, nós estamos ficando equilibrados, embora no passado já houve um orçamento maior, mas estamos equilibrados. Há bastantes recursos em programas na ponta, o que é importante. O próprio Espanhol falou aqui: nós temos muitas ações na ponta. Porém, nós precisamos fortalecer essas ações com qualidade e, para isso, precisamos de pessoal. E o Secretário está preocupado com isso, ele não está fora disso, ele está com pressa em resolver essa situação. E nós precisamos da força de todos, se todos contribuírem, nós vamos procurar resolver. Estamos juntos nesse processo para resolver a situação.

Então, eu queria apenas deixar mais essa informação, de que o Secretário está acompanhando o processo e eu vou apresentar todas as sugestões de vocês e também as queixas para que nós possamos encaminhar juntos, coletivamente, porque os presidentes das empresas, tanto da Ceasa, como da Epagri e da Cidasc, estão juntos nesse desafio.

Essa é a nossa grande preocupação e precisamos do apoio de vocês, porque sozinha uma andorinha não faz verão. Beleza?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Jairo. Apenas para justificar, o Emerson, da Ceasa, está em missão acompanhando a Vice-Governadora e, por esse motivo, não está aqui conosco.

O Dirceu quer fazer uma complementação.



O SR. DIRCEU LEITE – Pessoal e Deputado Fabiano, dando os encaminhamentos finais, quero agradecer.

Um momento como este é muito importante, porque todos puderam se manifestar. Esse é o processo democrático. Os presidentes estiveram aqui, o representante do Secretário esteve aqui contando as suas angústias e os seus sonhos.

Nós somos uma empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural. Estamos presentes no Estado fazendo a diferença há muito tempo, e isso foi valorizado aqui. Quando o Governador me convidou para assumir o posto de presidente da Epagri, eu estava em um escritório municipal. Então aquilo que a Eneide falou é verdade: eu venho lá da base, da raiz, de onde a Epagri tem acontecido, e eu tenho falado isso por onde eu tenho passado, sobre a importância da Epagri.

Nessa caminhada de um ano e quatro meses, praticamente um ano e meio, à frente da Epagri, avançamos com o PDV, que é uma demanda do movimento sindical, e com outras ações. Estamos tentando implementar novas conquistas junto a esse ACT. Entendemos que todos os depoimentos que aqui foram dados, alguns mais empolgados, alguns mais sensatos e concretos, podem contribuir para que nós possamos desenhar modelos estratégicos para a Epagri, para a Cidasc, para a Ceasa e para a Secretaria, para o futuro, para pensarmos não só no momento, mas no futuro.

A Epagri, como qualquer empresa do tamanho do Epagri, é um transatlântico que, para se fazer uma pequena mudança no eixo, demanda um planejamento estratégico bem robusto. E desde o momento em que eu cheguei, tenho buscado essa aproximação com o movimento sindical. Prova disso foi o nosso colega, o falecido Piazero, ter participado, já no primeiro mês em que eu estava na presidência, Deputado Fabiano, de uma conversa. Por muito tempo talvez essa conversa não tenha ocorrido, quem sabe por muito tempo houve um distanciamento, mas eu entendo que é extremamente salutar conversarmos e escutarmos ambas as partes.

Temos uma empresa e um Estado que dependem muito do nosso trabalho; um Estado que vai depender muito mais daqui para frente; e nós estamos fazendo a diferença quando se fala em novas ações. Esse planejamento estratégico que a Epagri vem buscando construir, com certeza será enriquecido por alguns dos depoimentos que aqui foram dados.

Eu digo para vocês o seguinte: vocês têm um epagriano lutando pela Epagri.

Muito obrigado e um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado.

Passo a palavra para o Daniel.

O SR. DANIEL NUNES DAS NEVES – Boa tarde, pessoal. Muito brevemente quero agradecer a presença de todos. Tem gente que viajou doze horas para estar aqui e eles estão aqui representando toda uma categoria, estamos aqui fazendo esse trabalho.

Agradeço especialmente o Deputado Fabiano por abrir essa Frente Parlamentar, e às assessorias, através do Marcel, que fez tudo acontecer, da Roselita, assessora do Deputado Zé Milton; e do Tiago, assessor do Deputado Altair. Agora todos os encaminhamentos que nós tiramos aqui da audiência pública voltam lá para o grupo de trabalho. E como o nome diz, é trabalho. Então, presidente Dirceu e presidente Celles, nós gostaríamos de convidá-los a participar, serão reuniões periódicas nas quais estaremos discutindo o rumo das empresas públicas da Agricultura.



Um abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Muito bem.

Para encerrarmos, quero apenas reiterar que deste evento sairá uma ata, já que tudo foi gravado e anotado. Então, a partir dessa ata, nós repassaremos ao grupo de trabalho as demandas que foram levantadas aqui e daremos alguns encaminhamentos sobre isso. Fechou?

Muito obrigado a todos pela presença, por estarem aqui conosco, e espero que realmente a audiência tenha a produtividade que vocês esperavam e que nós possamos nos reunir outras vezes para debater aquilo que precisamos melhorar no nosso dia a dia, na profissão de cada um.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Palmas.) (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição e Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Marivânia Pizzi]*

**DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**